

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO BASE DE ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE NA ATUAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS PSICÓLOGOS

LEONOR DE OLIVEIRA ABREU

Mestrado em Educação – UNINOVE;

Graduação em Psicologia Clínica – UNIMARCO;

Professora-Supervisora de Curso de Psicologia – Faculdades Paulistas.

leo.abreu@ig.com.br

Resumo

Sob a perspectiva de análise de Lefèvre (1979) e Moscovici (1978), este artigo traz para o debate a questão das representações sociais, no que se refere à formação de psicólogos, considerando a subjetividade e intersubjetividade da formação acadêmica. Entendendo que as representações nascem a partir da necessidade de grupos ou classes para explicar o real segundo seus interesses, Lefèvre caminha do social para o individual e aponta como principal fonte de poder das representações a propriedade que têm de dissimular situações, manifestadas ao eliminar ou evidenciar relações bipolares. Já Moscovici parte de uma visão individual para uma social e define a representação pelo posicionamento e localização da consciência subjetiva nos espaços sociais, a constituir percepções por parte dos indivíduos. Para ele, a teoria das representações sociais atua como um instrumento de crítica ao distanciamento entre grupos de pessoas, provocado pelo conhecimento científico, visto como privilégio de um grupo reduzido que impõe certeza aos demais e lhes retira o direito de avançar para um estágio mais elevado de conhecimento. A discussão que propomos se insere na perspectiva desses dois autores, diante da subjetividade da formação e atuação dos psicólogos, e pretende ampliar a compreensão dessas interações.

Palavras-chave: Educação. Psicologia. Representações Sociais. Subjetividade.

Abstract

This paper brings up questions about the social representations through the perspectives of Lefèvre and Moscovici concerning the academic education of psychologists. Knowing that the representations are born through the groups' necessities of explaining 'the real' according to their interest, we may find consider them as social-historical necessities that generate the representations. Lefèvre developed his analysis based on the social and the individual thoughts, showing that the representation forces comes from its capacity of dissimulating several situations that could manifest or eliminate itself through bipolar relations. Moscovici refers to the Social Representations as a part of an individual vision and defines the representation and its place in the subjective consciousness in the social spaces. Moscovici considers the theory of Social Representations as a critical instrument to the groups gaps lead by the scientific knowledge, meaning that a small group has the privilege of deciding what is right preventing them from the possibility of going up another step of a richer knowledge. While inserting the subjective consciousness in the social spaces, Moscovici brings the possibility of a full comprehension of how the common sense transforms the scientific material into practical explanations about the social reality, the human beings and the nature itself. We propose a discussion which part of these two authors perspectives considering the subjectivity of the formation and behavior of the psychologist.

Key words: Education. Psychology. Social Representation. Subjectivity.

Introdução

O foco inicial desta pesquisa apóia-se nas dificuldades de os estudantes, no final do curso de graduação em Psicologia, entenderem o universo das pessoas com as quais atuavam no estágio de formação. Compreender a linguagem e o universo em que essas se inseriam e aos quais se referiam os estudantes era um desafio que poderia ser enfrentado no uso das teorias desenvolvidas por Lefèbvre e Moscovici, apoiadas no conceito de representações.

No fim do século XIX e início do XX, era freqüente a distinção que os cientistas sociais e os humanistas faziam entre o individual e o coletivo. Conheciam suficientemente ambos os conceitos, para separá-los como objetos de estudo, mas não o bastante para demonstrar quanto estavam relacionados. Com isso, pretendiam diferenciar a Sociologia da Psicologia, como observamos no artigo de Emile Durkheim, *Representação Individual e Coletiva*. (FARR, 1998).

No início da década de 70, o psicólogo francês Serge Moscovici retomou o conceito de representações coletivas de Durkheim e, numa releitura crítica, desenvolveu uma teoria no campo da Psicologia Social, conhecida por Teoria das Representações Sociais. O estudo de Moscovici (1978) foi confrontado com o de Lefèbvre (1979) que, a partir da mesma década, passou a analisar as relações das pessoas com os inúmeros poderes que as cercavam. Examinando com rigor acadêmico as relações interpessoais e sociais, Henri Lefèbvre propôs um significado para elas, entendendo-as como representações que não pretendiam superar as relações de poder – enunciou-as como algo inerente à personalidade e ao cotidiano das pessoas, por meio das quais as pessoas conviviam, sem anulá-las, simplificá-las ou minimizar sua importância. Lefèbvre diz que as representações fazem parte da realidade e pretendem explicá-la, o que contribui, em

grande medida, para ocultar as contradições que se reproduzem nas relações sociais. Além disso, as representações estabelecem uma primeira relação entre o falso e o verdadeiro, dois extremos aparentemente incomunicáveis entre si, mas visceralmente dependentes. Essa relação não se dá pela aproximação de ambos: ela só ocorre no nível de representação porque se fixa num suporte considerado verdadeiro pelo interlocutor que a sustenta. A relação que se institui entre o verdadeiro do suporte e o falso da representação só é possível por meio do desenvolvimento de equivalências no terreno subjetivo das representações, que não se equivalem no plano do real, mas são aceitas como tal por toda a sociedade.

Por esses e outros aspectos que serão tratados neste texto, evidenciamos a importância da identificação das representações como meio para compreensão do real e, por essa razão, recomendada para a formação acadêmica dos psicólogos.

O sociólogo Henri Lefèbvre e as representações sociais

Na relação forma-conteúdo, Lefèbvre (1979) pressupõe que a forma revela um conteúdo; no entanto, no mundo das representações, ela o desloca, tomando seu lugar – o conteúdo continua presente, mas dissimulado pela forma. Um exemplo de equivalência gerada no plano do representativo, segundo Almeida (2001), aceito em todas as sociedades urbano-industriais, é o dinheiro, por constituir, tal como o mercado e a mercadoria, as formas que, ao contrário de revelar seus conteúdos, escondem-nos, mas representam uma forma do valor. Nessa perspectiva, as representações dificultam ou impedem a transformação do real, pois distorcem a compreensão dos fatos, das circunstâncias em que ocorrem e das relações que se estabelecem entre eles, elaborando explicações apenas parciais que, do mesmo modo que omitem

alguns dados, evidenciam outros, para justificar ou condenar atitudes ou condutas e, assim, dissimular as contradições presentes na realidade. Outro exemplo pode ser extraído da atuação profissional do psicólogo, cuja função é identificar, na fala de seu cliente, o que constitui uma representação e o que é constitutivo de sua realidade assumida e vivida, fazendo-o perceber esse movimento para aprender a lidar com a realidade que lhe é imperceptível.

Numa análise que vai do social ao individual, Lefèbvre aponta como principal fonte da qual emana o poder das representações a propriedade de dissimular situações que se manifestam tanto a favor de eliminar as relações bipolares quanto de evidenciá-las. Elas, que são ao mesmo tempo individuais e coletivas, uma vez que circulam entre o indivíduo e o grupo e entre o indivíduo e a sociedade, ficariam reduzidas a idéias singulares e jamais teriam expressão coletiva, caso permanecessem no nível individual. Por outro lado, não se difundiriam no coletivo se não encontrassem apoio nas aspirações individuais. Seja no plano individual, seja no coletivo, a representação preenche uma lacuna, uma falta, ainda que sua ação esteja restrita ao âmbito do representativo, na medida em que esse preenchimento não ocorre no real. A força das representações reside nessa capacidade de estabelecer vínculos inexistentes no plano da realidade, mas bastante eficazes quando representados.

Ainda segundo o filósofo francês, as representações que estão ativas dificilmente são percebidas, até mesmo pelos estudiosos; quando algo consegue ser representado, indica que perdeu sua condição de invisível ou não perceptível. Para conviver com a novidade, as pessoas estabelecem representações que, depois de várias experiências, podem transformar-se em consciência e evidência do real. Estudadas essas representações, pode-se identificar e investigar situações antes desconhecidas e ignoradas. O autor enfatiza a

necessidade de um esforço de análise das representações ativas, aquelas que interferem na vida dos indivíduos, dos grupos e na sociedade. Importante observar que quanto mais ativa a representação, maior sua capacidade de dissimular-se para, com isso, dissimular o real. Esse é também um importante aspecto a ser considerado na formação dos psicólogos, haja vista que sua função será nortear o indivíduo na decodificação da subjetividade de suas falas e sentimentos, sem deixar de considerar a realidade do coletivo em que cada pessoa vive e atua.

As representações nascem a partir de interesses de grupos ou frações de classe, que desenvolvem formas de explicar o real segundo seus interesses. São as necessidades sócio-históricas que geram as representações, mas é o homem singular ou coletivo que as formula e difunde. Os grupos, as frações de classe ou a classe social que veiculam seus interesses e aspirações nos planos pessoal e social atuam como caixa de ressonância, difundindo e ao mesmo tempo modificando a representação que, nesse momento, é coletiva.

Assim, circulando entre o individual e o coletivo em seus vários graus – do grupo à classe social –, a representação sofre modificações para adequar-se a todas as instâncias possíveis. As alterações sofridas nesse processo de desenvolvimento articulam-se umas às outras e quanto mais intensa for essa articulação, maiores as possibilidades de a representação dissimular-se e dissimular o real, sendo esta sua principal característica. Na realidade, as mudanças não são frequentes, e sim efetivas, enquanto, no representativo, ocorrem permanentes ajustes que atendem às necessidades de explicação do real, segundo interesses e aspirações individuais e coletivos.

As representações estão sempre vinculadas a um núcleo representativo e, por isso, fortalecem-se mutuamente. Na ação do psicólogo, esse é um aspecto relevante para

cada pessoa compreender suas formas de agir e reagir no contexto das relações individuais e sociais. Delimitando o núcleo representativo, o psicólogo pode nortear sua atuação e examinar o modo como ela atua e as relações que mantém tanto com as representações vinculadas ao núcleo do qual ela é o centro quanto com seu suporte, ou suportes. Quando a representação é revelada, pode-se compreender como ela interfere na organização social e na vida dos indivíduos, o que permite não apenas que se conheça o representativo, mas também que se possa superá-lo. Enquanto isso não ocorre no indivíduo e na sociedade, ela continua viva e atuante. O processo de superação de uma representação no contexto da sociedade é lento, pois depende do movimento de superação executado pelos seus membros, o que significa uma tarefa complexa por envolver o individual e o coletivo.

As acepções do termo representação explicam sua eficácia, e suas propriedades são fundamentais quando se examina a ideologia, justificando a aproximação dos dois termos. De acordo com Lefèbvre (apud ALMEIDA, 2001), toda ideologia é uma representação, mas nem toda representação é ideológica. As representações, da mesma forma que a ideologia, produzem modos de compreender o real fundados em equivalências de elementos que não se equivalem no plano da realidade. O que as distingue é o teor da interpretação produzida e seu propósito: a representação limita-se a explicar o real segundo os interesses dos indivíduos, grupo, frações de classe ou classes sociais que a produzem, enquanto a ideologia visa a justificar a dominação de uma classe sobre toda a sociedade, bem como as relações de poder que a viabilizam.

Nos termos de Almeida (2001), no caso das sociedades capitalistas, a representação só é ideológica quando difunde, no interior de todas as classes sociais e segmentos de classes,

os valores e as concepções que pretendem justificar a dominação burguesa sobre o conjunto da sociedade, explicando a realidade de modo a esconder as contradições inerentes a esse modo de produção. Trata, portanto, das relações de poder que viabilizam a subordinação do conjunto da sociedade aos interesses dessa classe social. Nesse sentido, Luckács (VELHO, 1979) afirma que uma classe, quando se torna dominante, condena as demais à passividade e as impede de ver e atuar na totalidade. Lefèbvre, apesar de usar constantemente o termo representação e de distinguir as representações entre aquelas que estão associadas à natureza e as que se vinculam à sociedade, não faz uso da expressão 'representação social', por entender que toda representação é social, desenvolve-se e atua no âmbito das relações sociais e só pode ser compreendida nessa perspectiva. Além disso, é social porque, pelas explicações que tece sobre o real, relaciona os planos individual e coletivo para atender aos interesses de indivíduos ou grupos e abrange tanto a natureza quanto a sociedade.

O psicólogo Serge Moscovici e as representações sociais

No vácuo dessa discussão mais de cunho filosófico e sociológico, o psicólogo Serge Moscovici, na década de 50, desenvolve uma pesquisa para esclarecer o conceito de representações sociais, a partir do entendimento da Psicanálise e em ruptura com o modelo acadêmico tradicional, incorporando movimentos de mudanças que apresentavam sentido na ciência e na organização das artes, da política e do mercado. A Psicologia rompia barreiras impostas pelo dogmatismo e fundamentalismo e a pesquisa de Moscovici ocupou esse espaço. No Brasil, isso se deu apenas em 1978, com a publicação de *A Representação Social da Psicanálise*. Nela, Moscovici evidencia como a Psicanálise, uma

teoria científica complexa sobre o comportamento humano, pode, ao mesmo tempo, transformar-se e modificar o social, ao ser difundida em uma cultura, tornando-se, assim, componente do próprio cotidiano social. Essa transformação se dá por meio de um pensamento social caracterizado como representação social autônoma. Essa é a questão central da obra desse autor, que busca esclarecer a maneira pela qual uma teoria científica pode ser assimilada e utilizada pelas pessoas.

Para ele, a representação social refere-se ao posicionamento e localização da consciência subjetiva nos espaços sociais, com o fito de constituir percepções por parte dos indivíduos. Nesse contexto, a representação social de um objeto passa por um processo de formação entendido como um encadeamento de fenômenos interativos, fruto dos processos sociais no cotidiano do mundo moderno. Ao fazer referência à inter-relação entre o individual e o coletivo, o psicólogo francês insere a consciência subjetiva nos espaços sociais e vice-versa, além de possibilitar a compreensão de como o senso comum transforma os conteúdos científicos ou de saberes formais em explicações práticas sobre a realidade social, o ser humano e a natureza.

A teoria das representações sociais, segundo ele, atua como instrumento de crítica ao distanciamento entre grupos de pessoas provocado pelo conhecimento científico, visto como privilégio de um grupo reduzido que impõe certezas aos demais, retirando-lhes o direito de avançar para um estágio mais elevado de conhecimento. Assim, quem não produz verdade científica torna-se dependente dos outros, gerando dois tipos de problemas: de um lado, o conhecimento científico passa a ser privilégio de um grupo reduzido, capaz de apresentar certezas; de outro, retira o direito dos demais grupos sociais de avançar para um estágio mais elevado de conhecimento.

De acordo com Moscovici (1978), o senso comum deve ser analisado como uma percepção da realidade social, um pensamento livre, mesmo sob a forte influência da tradição e dos estereótipos da linguagem. É, na verdade, um produto da modernidade que surgiu depois de consolidado o conhecimento científico. No nível do senso comum, o pensamento passou a existir com o aparecimento do pensamento formal. Seu caráter informal produz um tipo de conhecimento simples e popular, que resulta da veiculação de informações difundidas pelos meios de comunicação de massa e está associado aos valores sociais da vida cotidiana. A formação do psicólogo não pode deixar de considerar esses aspectos como fundamentais e relevantes, na medida em que cabe a esse profissional discutir com os pacientes sua relação com o cotidiano social, o que inclui as perspectivas científicas e do senso comum.

No mundo moderno, estabeleceu-se clara distinção entre um pensamento normatizado, produto de um discurso científico e sistemático que conduz a explicações formais da e para a sociedade, e um pensamento reprodutor de um saber prático, condutor de um conhecimento popular na sociedade, o senso comum. A oposição do caráter simples do senso comum ao pensamento formal constituído pela ciência define claramente, por meio de formas estruturais, as diferenças entre os dois. O pensamento representativo, próprio do senso comum, é formado por imagens ou símbolos e possui validade consensual, enquanto o pensamento científico é composto de conceitos e signos com validação empírica. Essas características fazem a distinção entre ambos, resultando no que Moscovici (1978) denomina 'epistemologia popular' e 'epistemologia científica'. Para ele, a representação social é formada a partir da epistemologia popular, com base no senso comum, que reelabora e cria imagens referentes aos conhecimentos da vida cotidiana em relação a outras formas de produção de conhecimento e saberes.

Essa postura pode levantar aspectos importantes para a atuação dos psicólogos que se opõem às idéias do psicólogo francês, uma vez que deixa de considerar, como elemento relevante, as relações de poder que subjagam a vontade popular – aquela que pode ser entendida como senso comum –, imprimindo-lhe um direcionamento aparentemente natural e involuntário, mas que se apresenta como processo condutor de vontades e desejos, a exemplo da publicidade e dos programas jornalísticos que, subliminarmente, passam mensagens que influenciam comportamentos e, muitas vezes, contrariam o próprio texto escrito ou falado.

O conceito de representação social abrange todo o indivíduo, com toda a sua experiência. É um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado nas experiências do dia-a-dia, bem como pelas informações e modelos de pensamento adquiridos e transmitidos por meio de nossas ações, classificadas por Jodelet (1995) como tradição, educação e comunicação social. Abrange ainda a relação do indivíduo com o meio social, incluindo-se aí a afetividade, o conhecimento científico, a ideologia e a cultura. De novo, percebe-se a distância existente entre o social e o político, manifesta nas relações de poder.

É importante ressaltar que as representações sociais não se ocupam em avaliar os conhecimentos do senso comum, a fim de classificá-los como certos ou errados, pois este, independentemente do fato de estar correto ou equivocado, constitui um processo gerador de ações sociais a partir de visões de mundo, concepções ideológicas e culturais presentes nas relações sociais do cotidiano.

Jovchelovich (1978) faz referência a algumas questões complexas ligadas à teoria das representações sociais: uma delas diz respeito à forma como se constrói a relação do indivíduo com a sociedade; a outra se refere à importância da construção humana, estabelecida entre o real

e o simbólico por meio da palavra. A teoria de Moscovici situa-se na articulação entre esses dois processos. Dessa forma, se o Eu é constituído na alteridade, isto é, a partir da internalização de 'outros', a vida privada tem origem nas relações entre os indivíduos, ou seja, na vida pública – lugar de construção das representações sociais –, por intermédio das normas de convivência, trocas de saberes e explicações.

Nessa direção, algumas distinções elaboradas na obra de Moscovici (2001) merecem destaque. A primeira diz respeito à diferença entre representação social e opinião, atitude e imagem, segundo ele, formas mais simples de expressão e que estão fora das intenções dos indivíduos. Uma opinião, por exemplo, pode ser expressa a partir de uma imposição social; do mesmo modo, algum conceito utilizado e valorizado pela mídia, como o de democracia, pode ser usado pelos indivíduos sem que tenham compreendido e elaborado um conceito definitivo e cabal – ou cientificamente informado – sobre o tema. Isso significa que não é possível às massas apreender tudo o que é produzido pela ciência e institucionalizado pelas classes dominantes. A segunda demonstra a impossibilidade de reduzir a representação social a uma realidade externa ao sujeito, pois ambas não são simples reflexos mecânicos, cópias das impressões dos indivíduos sobre a realidade, mas resultam da interação entre o homem e a sociedade e vice-versa. É um constante reinventar, no qual se incluem os símbolos, os signos, a acomodação, a reprodução e os conflitos. A terceira distingue as representações sociais do mito, definindo-o como uma forma arcaica de pensamento e de condução de vida; apresenta-se como uma filosofia única, enquanto o conceito de Moscovici é formado pela diversidade de sistemas explicativos do mundo (Filosofia, Ciência Política, Psicologia, entre outros), sendo uma das formas de que o ser humano dispõe para apreender o mundo em que vive. A

quarta atribui à representação social a tarefa de orientar o comportamento dos indivíduos na sociedade, num movimento simultâneo de construir algo novo pela modelização do que existe no real, ao mesmo tempo que o expressa simbolicamente. Por último, a representação social como resultado da interação entre o individual e o social, considerando-se a mediação entre sujeitos e mundo por meio da linguagem e da comunicação.

Podemos concluir enfatizando o caráter inovador do conceito de representação social proposto por Moscovici, por identificar, no senso comum, o pensamento representativo como processo mediador de novos conhecimentos e, conseqüentemente, instrumento gerador de ações nas relações sociais. Essa inovação diz respeito à transformação de um saber que foi produzido num campo simbólico específico, como o científico, para um saber que, de maneira geral, pode ser útil aos sujeitos.

As representações sociais como base para a formação dos psicólogos

O psicólogo, profissional que tem na comunicação interpessoal um importante referencial de atuação, estará exposto às particularidades e sutilezas da dimensão individual das pessoas e de sua atuação e envolvimento com o coletivo. Assim, tanto Moscovici quanto Lefèbvre representam importante referencial teórico para nortear a atuação desse grupo de profissionais.

Com essa intenção é que se escreveu este artigo, esperando que sirva de estímulo para a continuidade da discussão sobre a formação dos psicólogos, promovendo a capacitação desses profissionais para atuar com pessoas que percebem a vida, a sociedade e a si mesmos por meio das incontáveis formas representativas.

No que se refere à formação do psicólogo, o suporte teórico aqui explicitado evidencia sua relação com essa temática, destacando o fato de que esse profissional atuará com um leque

muito amplo de aspectos que podem ser enquadrados na perspectiva da vida sujeita à complexidade social e individual que permeia qualquer organização, em qualquer lugar do mundo. Nessa formulação, está implícita a necessidade de organizar uma nova compreensão das relações da humanidade com todos os componentes ambientais, desafio ao qual o psicólogo não pode furtar-se.

Referências

- ALMEIDA, José Luiz de. *Tá na Rua*. São Paulo: Xamã, 2001.
- FARR, R. M. *As Raízes da Psicologia Social Moderna*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JODELET, D. La Représentation Sociale – Fenómeno, Concepto y Teoría. In: MOSCOVICI, S. *Psicología Social*, p. 469-494. Barcelona: Paidós, 1995.
- JOVCHELOVICH, S. (Org.). *Textos em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LEFÈBVRE, H. *Metafilosofia – Prolongamentos. Tradução e Introdução: Roland Corbisier*. ed. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MOSCOVICI, S. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. Das Representações Coletivas à Representação Social – Elementos para uma História. In: JODELET, D. (Org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- DE PERRUSI, A. F. *A Imagem da Loucura – Representação Social da Doença Mental na Psiquiatria*, p. 100. São Paulo: Cortez, 1995. Recife: Universitária, 1995.
- VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *Estrutura de Classes e Estratificação Social – A Consciência de Classe*. In: LUKÁCS, G. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

